



ENSINO SUPERIOR, ESPAÇO URBANO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NA UESB, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Ernando Vieira Silva Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Suzane Tosta Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

O acesso aos cursos de graduação nas Universidades Públicas é marcado pelas condições materiais dos indivíduos e a produção do espaço urbano reproduz essas contradições. O presente artigo tem por objetivo analisar o acesso dos estudantes de Vitória da Conquista – Bahia à universidade pública, especificamente a UESB, e sua relação com o espaço urbano. A pesquisa foi viabilizada através de revisão bibliográfica, documental e de campo – com realização de entrevistas, análise de documentos e aplicação de formulários – em que ao todo participaram 178 estudantes dos cursos de Medicina, Direito, Geografia e História. Os resultados foram analisados com base no método dialético materialista, através do qual buscou-se a relação entre o acesso à universidade e a produção desigual do espaço urbano, a fim de evidenciar se a política afirmativa das cotas impactou no acesso a estudantes da periferia urbana à universidade pública. Os resultados apontaram que os alunos dos cursos de Direito e Medicina da UESB, em sua maioria, pertencem a uma classe social privilegiada com renda familiar acima da média e residem em locais de significativa valorização econômica, inclusive os alunos cotistas; já os alunos de Geografia e História, em sua maioria, residem em bairros de menor valorização imobiliária e a renda familiar varia de média a baixa. A pesquisa revelou que a periferia vai à universidade pública, porém, com diferenças em relação aos cursos pretendidos. Ainda assim, reafirma a relevância dessa política como possibilidade de ampliação do acesso dos estudantes oriundos das classes mais pobres às Universidades Públicas.

Palavras-chave: Ensino Superior. Espaço urbano. Política de Cotas.

HIGHER EDUCATION, URBAN SPACE AND IMPLANTATION OF THE QUOTA SYSTEM IN THE UESB, VITORIA DA CONQUISTA/BA

Abstract

The access to undergraduate courses in public universities is marked by the material conditions of individuals, and the production of urban space reproduces these contradictions. This paper aims to analyze the student access to public university from Vitória da Conquista - Bahia, specifically the UESB, and its relation with the urban space. The research was made possible through documentary, field and literature review - with interviews, analysis of documents and forms - in which 178 students of Medicine, Law, Geography and History participated. The results were analyzed based on the dialectic method of materialism, by which it sought the relationship between access to the university and the unequal production of urban space, in order to show that the affirmative policy of quotas impacted on access to students from the urban periphery to the public university. The results showed that the most of students of Law and Medicine of UESB belongs to a privileged social class with family income above the average and they live in places of significant economic valuation, including those students from the quota system; students of Geography and History mostly live in neighborhoods with lower real estate appreciation and the family income varies from medium to low. The research revealed that the students from periphery goes to the public university, but with differences in relation to the desired courses. Even so, it reaffirms the relevance of this policy as possibility of increasing the access of students from the poorer classes to public universities.

Keywords: Higher Education. Urban Space. Quota Policy.

INTRODUÇÃO

Desenvolve-se, neste artigo, uma análise sobre a implantação do programa de ações afirmativas na UESB, a fim de verificar se, de fato, após alguns anos de implantado, o mesmo vem promovendo o acesso dos setores mais pobres da classe trabalhadora a essa universidade Pública. Busca-se ainda estabelecer a relação entre as contradições no acesso ao ensino superior público e a produção desigual do espaço urbano, na medida em que, no urbano, há lugar predominante para os sujeitos oriundos da classe trabalhadora – as periferias.

A cidade é produto e condição de uma sociedade composta por classes sociais antagônicas. A produção do espaço urbano, portanto, vai reproduzir materialmente tais contradições. A Universidade, enquanto instituição social reproduz todo o conteúdo contraditório existente na sociedade, sendo o acesso aos seus cursos também determinados pelas condições materiais e de classe dos indivíduos que nessa adentram.

Desse modo, busca-se compreender o debate em torno da política de cotas, enquanto uma possibilidade, e meio – nunca fim, de buscar garantir um maior acesso daqueles sujeitos oriundos dos setores mais pobres da sociedade, e residentes na periferia, à universidade Pública.

Acompanhando uma tendência nacional, também na UESB inicia-se o debate em torno de implantação de cotas no acesso a essa instituição. Os estudos realizados por comissão constituída para esse fim se concretizam na Resolução do Conselho

Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão– CONSEPE, nº 37/2008 e o primeiro vestibular com sistema de cotas ocorre no ano de 2009.

O método de interpretação que conduziu a relação entre realidade e teoria foi o materialismo histórico dialético. A escolha por esse, se justifica por obter ferramentas que buscam compreender os aspectos contraditórios das relações de produção da sociedade correspondente a um determinado período de desenvolvimento das forças produtivas materiais que formam a estrutura econômica da sociedade em que se ergue a superestrutura jurídica e política (GADOTTI, 2006).

A metodologia caracteriza-se como estudo empírico da realidade, através do qual busca-se estabelecer a relação entre teoria e prática. Na coleta de dados participaram dois dos sete membros do Comitê Gestor para implantação, acompanhamento e avaliação anual do Programa de Ações afirmativas da UESB e 178 alunos de graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sendo 44 discentes do curso de Medicina, 51 de Direito, 51 de Geografia e 32 de História. Os critérios para seleção dos participantes incluíram, além da anuência dos mesmos em participar do estudo, os alunos cotistas e não cotistas desses cursos, sendo selecionadas duas turmas de cada curso.

Ao se questionar se a periferia urbana vai à universidade, pretende-se afirmar se de fato tal política cumpre o seu propósito de popularizar o acesso à universidade pública.

A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO E A PERIFERIA URBANA

A materialização das relações sociais no espaço urbano se dá de forma desigual e combinada, por se estabelecer nas contradições impulsionadas por classes sociais com interesses antagônicos ao longo do processo histórico.

De acordo com Lebrão (2014) o trabalho em si é a única fonte possível de concretizar a transformação do espaço urbano, mas essas transformações produzem um modelo de sociedade inerente ao sistema capitalista, o que gera contradições, pois apesar de ser produzido coletivamente, o resultado nunca se dá de forma igualitária. Conforme afirma Lebrão (2014, p. 2):

[...] a produção do espaço no capitalismo não poderia deixar de reproduzir o modelo de desigualdade e consequentemente de desequilíbrio que se tem perpetuado no decorrer do desenvolvimento histórico desse sistema. [...].

Compreende-se que em sendo a Universidade Pública parte dessa mesma estrutura societal, o acesso a ela acaba por reproduzir essas mesmas contradições: ou seja, favorecendo o acesso das classes dominantes e médias da sociedade e, por outro lado, dificultando ou mesmo impedindo o acesso das

classes trabalhadoras que se reproduzem nos espaços periféricos da cidade. É nesse contexto que a política de cotas, e sua implantação na UESB, será tratada ao longo deste artigo.

A classe dominante produz e consome espaço urbano sob a proteção do Estado, se apropriando de áreas na expectativa de valorização econômica, expulsando a classe economicamente desfavorecida para lugares onde ainda não existe uma urbanização efetiva, com o objetivo de criar condições de realização que viabilize o processo de acumulação e reprodução de capital. O Estado, nesse contexto, atua defendendo seus próprios interesses priorizando aquilo que é mais lucrativo em forma de arrecadação de impostos e com isso favorece a classe dominante com privilégios e dificulta o progresso social das camadas sociais de baixa renda (CARLOS, 1997).

A relação capital/trabalho, dentro de sua dinâmica que gera as contradições sociais, atinge, em cheio, a classe trabalhadora no quesito habitação. Pois a renda do trabalhador é sempre muito pequena e mal dá para garantir a sua subsistência impactando, também, de forma determinante, no local aonde irá residir. O preço do solo urbano é uma das expressões das contradições entre as classes sociais e acaba por determinar o 'lugar' de reprodução da classe trabalhadora – as periferias, em geral os locais mais distantes do centro, mas, sobretudo, aqueles desprovidos dos serviços e equipamentos urbanos, e definidos por um poder público que atua de forma desigual no urbano a fim de garantir os privilégios das classes dominantes.

De acordo com Lebrão (2014) o conceito de periferia ganha robustez no cenário das duas grandes guerras mundiais, mas, sobretudo no período da guerra fria, classificando aqueles países de maior poderio bélico e econômico o *status* de centro. Já aos países em condições contrárias aos do centro foram denominados de periferia do mundo. Essa leitura passa, em certa medida, a servir para entender o processo de reprodução capitalista no espaço urbano, também palco de disputa à medida que a apropriação desse espaço se dá de forma desigual entre as classes sociais abastadas e as economicamente desfavorecidas.

O conceito de periferia que se adota no referido artigo não se restringe, nem se explica, enquanto locais distantes do centro, mesmo porque essa denominação não é suficiente e nem explica a totalidade das relações sociais e as contradições inerentes a essa. Seu conteúdo é eminentemente social, entendendo os espaços da periferia urbana como aqueles desprovidos ou carentes de infraestrutura, desvalorizados e, portanto, que não interessam, inicialmente, as classes dominantes, sendo, por isso mesmo, destinados a reprodução da classe trabalhadora.

Ao enfatizar a realidade da cidade de Vitória da Conquista, por exemplo, verifica-se que alguns bairros distantes do centro sofrem, historicamente, processos de investimentos e valorização se constituindo em locais de reprodução de pessoas com melhores condições objetivas, como o Bairro Candeias. Já outros bairros, também distantes do centro – como o Patagônia, por exemplo, não possuem essa mesma estrutura do primeiro, posto ser destinado, predominantemente, para sujeitos oriundos da classe trabalhadora mais precarizada. Assim sendo, não é o

fato de residir distante do centro que define o padrão e o perfil das moradias/sujeitos sociais que habitam, mas, exatamente as classes sociais que se reproduzem, predominantemente, nos referidos espaços.

A educação reproduz um conteúdo desigual e combinado cuja materialidade se reproduz no espaço urbano. Nos espaços da periferia urbana, a educação em níveis fundamental e médio disponibilizada pelo poder público é sempre de qualidade questionável, com precária infraestrutura, carência de recursos humanos, além da intensificação da precarização das relações de trabalho, contratos flexibilizados, superlotação das salas, falta de recursos didáticos, de incentivo à qualificação docente, dentre outros aspectos, que não oferecem as condições concretas de avanço e êxito no acesso ao ensino superior.

O ensino público se estabelece de forma desigual no espaço urbano, em que as escolas públicas ditas de “referência” (a exemplo dos Colégios Militares ou Institutos Federais de Educação) nunca se encontram em locais periféricos (ou quando se encontram possuem um processo seletivo que acaba por excluir os mais pobres), dificultando o acesso desses sujeitos ao ensino superior, sobretudo público, como um efeito cascata.

O ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A CLASSE TRABALHADORA E A PERIFERIA URBANA

O sistema educativo brasileiro é marcado por relações conflitantes entre as diferentes classes sociais, em que o Estado discursa sobre a função homogeneizadora e igualitária da escola pública, que fabrica ‘cidadãos iguais’, porém, a heterogeneidade provocada pela atual fragmentação do sistema público escolar em esfera municipal, estadual e federal, contraditoriamente, reproduz e acentua as desigualdades sociais e compromete de modo durável o desenvolvimento econômico e social do país (BRAGA, PEIXOTO e BOGUTCHI, 2008; MOTA, 2008).

Do universo de estudantes brasileiros, a grande maioria é atendida pela escola pública, que é representada por alunos da classe trabalhadora. Em 1996, o ensino público brasileiro fundamental acolheu 29,4 milhões de alunos o que correspondia a 88% do total de alunos matriculados (INEP, 1996).

A precariedade existente no ensino público brasileiro fica evidente quando a trajetória prolongada dos estudantes dessas instituições é interrompida pelo crivo do vestibular, que é o meio predominante de acesso ao ensino superior, em que as classes dominantes detêm o privilégio de ingressar quase que exclusivamente no ensino superior público, principalmente nos cursos de maior reconhecimento financeiro. Contraditoriamente, o ensino público brasileiro, em nível fundamental e médio, não oferece as possibilidades de suprir a demanda de conhecimento que é oferecida no ensino privado; já no que se refere ao ensino superior, estão nas universidades públicas os principais centros de pesquisa e produção acadêmica considerados de qualidade no país. Por isso mesmo, são as vagas das universidades públicas as mais disputadas pelos estudantes oriundos tanto do

ensino médio público, quanto privado (BRAGA, PEIXOTO e BOGUTCHI, 2008; MOTA, 2008).

É essa realidade que leva ao questionamento dos propósitos e objetivos da Universidade e de uma possível 'elitização' do ensino público superior, dificultando ou mesmo impedindo o acesso de setores significativos da classe trabalhadora a essas instituições. É esse o debate lançado por parte dos Movimentos sociais, entidades de classe e setores ligados ao ensino público e que repercute na luta pela implantação de sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras, como forma dessa abarcar setores historicamente expropriados, não apenas dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, mas também da possibilidade do acesso ao conhecimento – via academia – e formação superior em instituições públicas. Dentre esses destacam-se alunos oriundos das escolas públicas, afrodescendentes, quilombolas, indígenas e portadores de necessidades especiais.

O Estado classista não gerencia, de maneira eficaz, a qualidade do ensino médio e fundamental disponibilizado à classe trabalhadora – através das redes públicas que disputam o espaço do conhecimento com as elites de forma desigual, no processo de mercantilização do saber, impondo assim aos estudantes das camadas populares limitações na construção de uma consciência crítica que pode ser considerada como principal elemento transformador de uma sociedade.

Ao se buscar compreender as condições de formação no ensino fundamental e médio, público e privado, não se quer com isso dizer que o ensino privado também não apresente uma série de problemas. É fundamental que se faça uma crítica ao sistema educacional de forma geral, que no Brasil é instaurado não para produzir sujeitos críticos, conhecedores e atuantes na realidade social, mesmo porque tal perspectiva poderia mexer com os interesses dominantes, historicamente delimitados. A educação é, de forma predominante, castradora do pensamento, direcionada e tecnicizada para atender os anseios do que o mercado define.

É partindo das diferenças nas condições materiais (portanto de classe) que o debate das Cotas em instituições públicas é iniciado. Mas, como todo embate, entre classes sociais antagonicas, tal processo não se estabelece de forma pacífica, e os setores ligados as classes proprietárias e as classes médias se levantam contrariamente à Implantação da política de Cotas para a Universidade Pública. É nesse processo que o discurso da meritocracia atinge seu ápice, visando demonstrar uma igualdade "aparente" entre os sujeitos que concorrem ao vestibular e que só convence as mentes mais fantasiosas ou desprovidas de conhecimento histórico. Não há, absolutamente, a possibilidade de se buscar a igualdade em uma sociedade classista e desigual. Negar as contradições existentes na sociedade é não enxergar que as condições objetivas entre sujeitos pertencentes a classes antagonicas são completamente diferentes. Negar que setores sociais como os índios e negros foram, e continuam sendo, expropriados das condições de seu pleno desenvolvimento na sociedade é desconsiderar a própria história social e territorial brasileira. É dentro dessa leitura que a política de implantação de cotas para universidades públicas ganha ecos na sociedade,

como possibilidade de reparação social de sujeitos historicamente expropriados, senão impedidos, de participar, minimamente, da sociedade. A produção do espaço urbano é uma evidência incontestável dessas contradições sociais.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS: o debate em torno das cotas

As Ações afirmativas foram introduzidas, pioneiramente, nos Estados Unidos, representando uma mudança de postura do Estado que, em nome de uma suposta 'neutralidade', aplicava suas políticas governamentais indistintamente, ignorando fatores como: etnia, sexo, nacionalidade, dentre outros, sem dar a devida importância aos grupos segregados.

Baseando-se nesse princípio, o Estado brasileiro foi provocado por instituições da sociedade civil como: partidos políticos, sindicatos, igrejas, escolas etc., no sentido de equacionar os direitos de oportunidades às classes sociais excluídas. Como resultado de tais debates e reivindicações foram introduzidas no Brasil as ações afirmativas com o objetivo de:

[...] eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (SANTOS, 1999, p.25).

Ao menos como discurso o Estado busca se apropriar de tais demandas sociais, se ancorando na falácia do atendimento aos Princípios da Igualdade e da Dignidade da Pessoa Humana. Daí resulta um conjunto de estratégias políticas chamadas de Ações Afirmativas, objetivando tratamento 'diferencial' àqueles que vêm sofrendo derrotas seculares na luta pelos bens sociais (espaço na política, empregos, vagas em universidade, etc.), ou seja, estipulando cotas para as minorias sociais (SELL, 2002, p. 9).

Embora haja a implementação das Ações afirmativas no Brasil, percebe-se que essas ainda são incipientes no sentido de promover a erradicação das desigualdades socioeconômicas produzidas pelas classes dominantes do país.

No Brasil, em 2003, as primeiras Universidades públicas que instituíram um sistema de cotas foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade de Brasília – UNB, em defesa dos direitos fundamentais e sociais dos indivíduos e do princípio de igualdade de acesso ao ensino superior público (BAYMA, 2012).

Na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) as cotas foram instituídas no ano de 2008, pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, conforme Resolução Nº 37/2008.

Art. 1º Instituir reserva de vagas em todos os cursos de graduação da UESB, correspondente a 50% (cinquenta por cento) das vagas de cada curso e em cada turno, para estudantes que comprovem a procedência de no mínimo 7 (sete) anos de estudos regulares, [...], em estabelecimentos da Rede Pública de Ensino no Brasil, [...] na seguinte ordem de prioridade: a) 70% (setenta por cento) destas vagas reservadas [...] aos estudantes que se autodeclararem negros [...]; b) 30% (trinta por cento) das vagas [...] em estabelecimentos da Rede Pública de Ensino do Brasil, [...]. (UESB, 2008, p.1)

A Resolução Nº 37/2008 compõe um anexo, em forma de quadro, com a distribuição das vagas e cotas adicionais reservadas para o processo seletivo nos cursos de graduação da UESB, conforme apontado no Quadro 1 a seguir. De acordo com essa Resolução, das vagas destinadas a cada curso 50% são para os estudantes não optantes, 50% para os estudantes de escolas públicas assim distribuídas entre negros, pretos e pardos e demais categorias, além das cotas adicionais para indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Quadro 1: Distribuição das vagas para o processo seletivo na UESB

Total de vagas por curso	Vagas para candidatos não optantes	Vagas reservadas para estudantes da rede pública		Cotas adicionais para		
		Negros, pretos e pardos	Demais categorias	Indígenas	Comunidades quilombolas	Pessoas com deficiência
40	20	14	06	01	01	01
30	15	10	05	01	01	01
25	13	08	04	01	01	01
20	10	07	03	01	01	01

Fonte: Elaborado pelo autor tomando por base o quadro anexo na Resolução 37/2008, UESB.

Visando melhor conhecer o processo de implantação do programa de Cotas da UESB, buscou-se entrevistar professores que compuseram a comissão para Implementação das Ações afirmativas. Esses revelaram que a discussão sobre introdução das cotas na UESB não é algo novo, pois há mais de 20 anos já havia um acompanhamento desse tema em nível nacional, bem como um debate sobre a inclusão da população afrodescendente nas Universidades, que até hoje tem uma dificuldade muito grande nos indicadores sociais. Nesse contexto, a UESB demonstrava a preocupação em atender às demandas dessa população.

Em 1996, foi formada uma comissão da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) para apresentar estudos que subsidiassem um conteúdo para formular a criação das cotas. Essa comissão teria que ser chancelada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), com a característica de que seus componentes fossem membros e não de conselheiros. Esses seriam reconhecidos como assessores necessários para fomentar uma proposta e uma minuta de resolução.

As principais discussões para implantação das cotas foram os critérios de seleção, sobretudo em relação aos quilombolas, e que representasse a composição étnica social da população brasileira com reservas de vagas adicionais para seguimentos específicos, com vigência e processo de reavaliação a cargo do CONSEPE. Foi adotado um modelo misto, outro meritório de pontuação e a sua abrangência. Assim, a UESB foi a 52ª instituição brasileira a adotar a política de cotas e a instituição que mais incluiu Quilombolas em todo o Brasil.

De acordo com os entrevistados, havia um conjunto de professores da UESB que realizavam pesquisas relacionadas às comunidades afrobrasileiras e, ao mesmo tempo, já existiam alguns movimentos sociais na cidade de Vitória da Conquista e região que debatiam sobre essa temática.

Foi ressaltado pelos professores entrevistados que na Bahia a população afrodescendente representava mais de 67% do total. Dessa forma, esse dado serviu como elemento para definir qual seria o número de vagas destinadas aos que se declaravam afrodescendentes, que assim ficou estabelecido em 70%.

No caso da UESB há uma diferença na questão da reserva de vagas, ou seja, das vagas disponíveis em cada curso, 50% dessas são destinadas para reserva de vagas e 50% para o Vestibular direcionado aos demais alunos. Dos 50% de vagas reservadas, 70% são destinadas aos estudantes que se auto declararem afrodescendentes e os 30% restantes são cotas sociais destinadas aos portadores de necessidades especiais, indígenas e quilombolas (UESB, 2008).

Entretanto, os professores entrevistados apontaram uma preocupação, de natureza social, que afeta os alunos cotistas, levando em conta uma série de dificuldades desses na manutenção do curso, a saber: conciliar estudo com trabalho, carência de recursos financeiros para custear o transporte à UESB, a alimentação, às cópias, documentos e demais materiais necessários à continuidade nos cursos, dentre outros. Apontam, portanto, a necessidade de compatibilizar o acesso à política de permanência desses alunos na instituição.

A PERIFERIA VAI A UNIVERSIDADE? AS CONTRADIÇÕES NO ACESSO À UNIVERSIDADE E A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS NO URBANO

A fim de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa que resultou no referido artigo – buscou-se avaliar como as contradições existentes entre a sociedade de classes se reproduz no ensino superior público e se a implantação do sistema de cotas na UESB tem se revertido no acesso aos sujeitos oriundos das classes trabalhadoras mais pobres e residentes na periferia urbana a esta Universidade.

Quanto ao gênero e faixa etária dos 178 alunos participantes desta pesquisa 61,23% foram do gênero feminino e 38,77% do masculino; a faixa etária média variou de 21 a 26 anos; quanto ao ano de ingresso houve uma pulverização de anos, desde 2005 a 2015, sendo que a maioria, 105 alunos, ingressou no ano de 2010; quanto ao turno que estudam 73 alunos frequentam o turno matutino, 19 o turno vespertino, 42 o noturno e 44 (os do curso de Medicina) são do turno integral – manhã e tarde.

Quanto à condição de serem cotistas ou não cotistas verificou-se que: no curso de Direito 52% eram cotistas e 48% não cotistas; no curso de Medicina 43% dos alunos entrevistados eram cotistas e 57% não cotistas; no curso de Geografia 46% eram cotistas e 54% não cotistas; no curso de História 56% eram cotistas e 44% não cotistas.

Sobre a atuação profissional foi questionado se os alunos exerciam alguma atividade laboral, os resultados apontaram que: 29,4% dos 51 alunos de Direito participantes deste estudo trabalhavam e 70,6 não trabalhavam; dos 51 alunos de Geografia 51% trabalhavam e 49% não; dos 32 alunos de História 44% trabalhavam e 56% não; os de Medicina apenas 9% trabalhavam e 91% não trabalhavam. Isso revela que em determinados cursos (a exemplo do curso de Medicina) os alunos dispõem de mais tempo para se dedicarem integralmente aos estudos. Tal fato demonstra as condições objetivas dos mesmos, oriundos de famílias de classe média, e a necessidade maior de ingresso ao mercado de trabalho por parte dos estudantes das licenciaturas, fato que os levam a maiores dificuldades na permanência à Universidade, ou mesmo a desistência dos cursos.

Outro aspecto que chamou atenção foi quando os entrevistados foram questionados se o curso atendia as suas expectativas: 77% dos 51 alunos de Direito disseram que Sim, 11,5% que Não e 11,5% Mais ou menos; dos 51 alunos de Geografia 59% disseram que Sim, 14% que Não, 20% Mais ou menos e 7% não responderam esse questionamento; dos 32 alunos de História 53% responderam que Sim, 25% Não e 22% responderam Mais ou menos; para os 44 alunos de Medicina 89% disseram que o curso atende as expectativas e 11% Mais ou menos. Ou seja, os dados apontam que as expectativas enquanto ‘futuros profissionais’, no caso dos cursos ditos mais ‘elitizados’, influência, diretamente, a satisfação com relação ao curso escolhido. Já no caso das licenciaturas, possivelmente, as dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, os baixos salários, as estratégias de terceirização, etc, acabam por levar esses estudantes à constante condição de instabilidade, fato que repercute na própria satisfação para com o curso escolhido.

Para reafirmar as questões referentes ao ingresso a universidade pública, os 178 alunos participantes foram questionados se realizaram algum tipo de curso preparatório para o vestibular e dos 51 alunos de Direito 61% disseram que fizeram algum curso e 39% que não; dos 51 de Geografia 55% fizeram algum tipo de curso e 45% nenhum curso; dos 32 de História 50% fizeram e 50% não fizeram e dos 44 alunos de Medicina 91% fizeram algum tipo de curso preparatório e apenas 9% não fizeram nenhum curso. Verificou-se que no curso de Medicina a grande maioria dos alunos passaram por algum tipo de curso preparatório, o que

demonstra o quanto esse curso ainda é muito concorrido e voltado, majoritariamente, para sujeitos pertencentes a classe média, ou mesmo as classes proprietárias, em detrimento dos sujeitos mais pobres.

Os cursos oferecidos nas Universidades públicas possuem características distintas no que diz respeito à sua importância junto ao mercado de trabalho. Com isso há uma estratificação do público que pleiteia uma vaga em determinados cursos, implicando assim, no nível sócio econômico da classe social que integra esses estudantes.

Estudos realizados apontam que a chance de aprovação dos alunos de escolas privadas no vestibular de medicina das universidades públicas é de 1 para 9. Já para os alunos das escolas públicas esse número aumenta de 1 para 104 (AKKARI, 2001; NEVES, 2002).

Diante dessas evidências é possível perceber que os estudantes das camadas sociais mais abastadas optam pela realização de cursos mais valorizados nas universidades públicas. Essa é a realidade que nos permite afirmar, com base em trabalho de campo, que o acesso dos estudantes pobres da periferia urbana de Vitória da Conquista se estabelece plenamente nos cursos de licenciatura, mas ainda é uma realidade mais distante para os cursos mais concorridos e valorizados pelo mercado, sobretudo o curso de Medicina.

Os cursos abordados nesta pesquisa: Geografia, História, Direito e Medicina demonstraram um público distinto no que se refere à condição social. O lugar de moradia do aluno é um dos fatores que revela sua condição econômica, uma vez que, apesar de ter havido omissão da renda familiar pela maioria dos estudantes de Medicina, não se deixa dúvidas quanto ao seu padrão econômico quando foi revelado o local da sua moradia. Nesse sentido, a maioria dos estudantes entrevistados do curso de medicina, bem como do curso de direito – tanto cotista quanto não cotista – residem em locais privilegiados de maior valorização imobiliária da cidade.

Também ficou demonstrado que dentre os alunos do curso de medicina um percentual ínfimo possui atividade laborativa. Já nos demais cursos a maioria dos alunos trabalham com carga horária que varia de 4 e 8 horas diárias e com renda entre 0,5 e 2,5 salários mínimos mensal, salientando que a maior renda identificada foi entre os alunos do curso de Direito. Com base nesses dados é possível afirmar que a classe de baixa renda, além de não ter o privilégio de ocupar as vagas dos cursos mais ‘valorizados’ pelo mercado, também necessitam exercer alguma atividade laboral para compor a renda familiar e assim, conseguir, manter os estudos.

A fim de se obter uma relação comparativa entre os rendimentos acadêmicos de discentes cotistas e não-cotistas, foram solicitados dados contendo o escore dos alunos dos cursos de Geografia, História, Direito e Medicina. Para os cursos de Geografia, História e Direito foi considerado apenas o escore dos alunos que efetivamente concluíram o curso. Já no curso de Medicina os alunos ainda estavam em fase final de conclusão do curso.

Em uma das turmas pesquisadas do curso de Licenciatura em Geografia foram matriculados um total de 40 alunos, destes, 10 alunos tiveram suas matrículas canceladas; 4 desistiram, 2 mudaram de turno; 2 não se obteve informação dos seus dados e 22 efetivamente se formaram. Destes, 10 cotistas e 12 não cotistas.

O escore apurado para esses alunos apresentou uma média de 8,3727 para os alunos cotistas e 7,9023 para os não cotistas. Verificou-se também que apenas 55% dos alunos matriculados nesse curso concluíram seus estudos, fato que representa um prejuízo tanto social quanto pessoal para esses sujeitos e suas famílias. Por outro lado, não se percebeu um grande distanciamento entre o escore médio dos estudantes cotistas e não cotistas, sendo o desses últimos superior, bem como entre os discentes desse curso e dos outros pesquisados, permitindo-nos aferir que os estudantes cotistas possuem as mesmas capacidades intelectuais dos não cotistas e, portanto, as mesmas condições de concluir seus cursos. Fato interessante a se destacar, no caso dos estudantes de Geografia, foi a verificação de que o maior escore individual dentre todos os estudantes/cursos analisados foi exatamente de um estudante desse curso e optante pela vaga de cotista.

No curso de História 49 alunos foram matriculados, destes: 15 matrículas foram canceladas; 4 desistências; 2 evadidos; 12 não houve informação e 15 efetivamente se formaram. Destes, 9 foram cotistas e 7 não cotistas. Para o escore apurado obteve-se uma média de 8,3065 para não cotista e 8,4090 para os cotistas. Notadamente houve um índice muito baixo de alunos que concluíram esse curso, apenas 30%. Ressalta-se, no caso dos estudantes de História, os mesmos motivos e dificuldades aferidos quanto ao curso de Geografia (apesar desse ter um índice um pouco maior de alunos graduados) na permanência e conclusão do curso. Acrescenta-se, contudo, que o escore dos alunos cotistas supera o escore dos não-cotistas, reafirmando que não há diferenças cognitivas entre esses sujeitos.

No curso de Direito foi constatado um número total de 45 alunos matriculados para o semestre letivo de 2010.2. Destes, 5 alunos tiveram suas matrículas canceladas; 8 alunos afastados por desistência; 5 não informados e 27 alunos efetivamente formados. Dos 27 alunos formados, 14 destes cotistas e 13 não cotistas. A média do escore revelado para os alunos deste curso foi de 8,2476 para os cotistas e 8,6676 para os não cotistas. Também ficou evidenciado que do total de alunos matriculados 60% destes concluíram o curso. O diferencial com relação aos cursos de licenciatura investigados diz respeito ao percentual considerável de alunos que concluíram seus cursos. Já com relação ao escore médio de cotistas e não cotistas, embora o dos últimos seja superior, não se observou grandes discrepâncias que justifiquem diferenças substanciais entre esses sujeitos.

Para o curso de Medicina 2010.1 foram matriculados 32 alunos, desses alunos 18 eram cotistas e 14 não cotistas. Dos 32 matriculados inicialmente apenas 1 teve sua matrícula cancelada; 1 desistiu e 30 estão em fase de conclusão do curso, o que corresponde a mais de 93% dos alunos matriculados. O possível reconhecimento desse curso no mercado é o responsável direto para que não

haja, praticamente, evasão do mesmo. A média geral entre os entrevistados, do escore apurado até o presente é de 7,5504 para os alunos cotistas e 7,6242 para os não cotistas.

O escore dos alunos desses quatro cursos pesquisados quando comparado entre cotistas e não cotistas teve um percentual de 5,95% superior para os alunos cotistas em relação aos não cotistas no curso de Geografia; 1,23% superior para os alunos cotistas em relação aos não cotistas para o curso de História; 5,01% superior para os alunos não cotistas em relação aos cotistas para o curso de Direito e 0,98% superior para os alunos não cotistas em relação aos cotistas no curso de Medicina. No total geral do escore dos alunos pesquisados verificou-se um percentual de apenas 0,39% superior para os alunos não cotistas em relação aos cotistas. Há um grande preconceito por parte da classe social mais favorecida, que é revelado e questionado pela referida pesquisa, que insiste em afirmar que alunos cotistas não seriam capazes de acompanhar o mesmo desempenho dos alunos que tiveram melhores oportunidades no ensino fundamental e médio oriundos de escolas privadas. Porém, a pesquisa evidenciou um equilíbrio no que diz respeito à capacidade de acompanhamento dos conteúdos oferecidos nos respectivos cursos pesquisados para alunos que foram atendidos pelo sistema de cotas em relação aos que não utilizaram esse.

Considerando o grande número de alunos que não concluíram seus estudos nos cursos de Geografia e História, as hipóteses levantadas apontam: falta de interesse pelos cursos de licenciatura, a maioria desempenha atividade laboral com carga horária excessiva, a baixa remuneração e a flexibilização dos contratos de trabalho, já que, o percentual de alunos que não se formaram chega ao expressivo 60% do total em uma das turmas pesquisadas (no curso de História). Já nos cursos de bacharelado o número de alunos que permanecem no curso até sua total conclusão chega a 93,75% (em uma das turmas pesquisadas do curso de Medicina), demonstrando um alto grau de interesse nessa graduação. Afere-se, mais do que nunca, que na Universidade, de um modo geral, se reproduzem todas as contradições da sociedade, uma vez que o que prevalece é a lógica do mercado, e não da formação humana. Nesse propósito, é a possibilidade de adquirir maiores ganhos o grande diferencial entre os cursos investigados. Demonstra ainda um total desinteresse pela educação pública, uma vez que não se investe, concretamente, em condições aceitáveis de trabalho para os professores dos cursos de licenciatura.

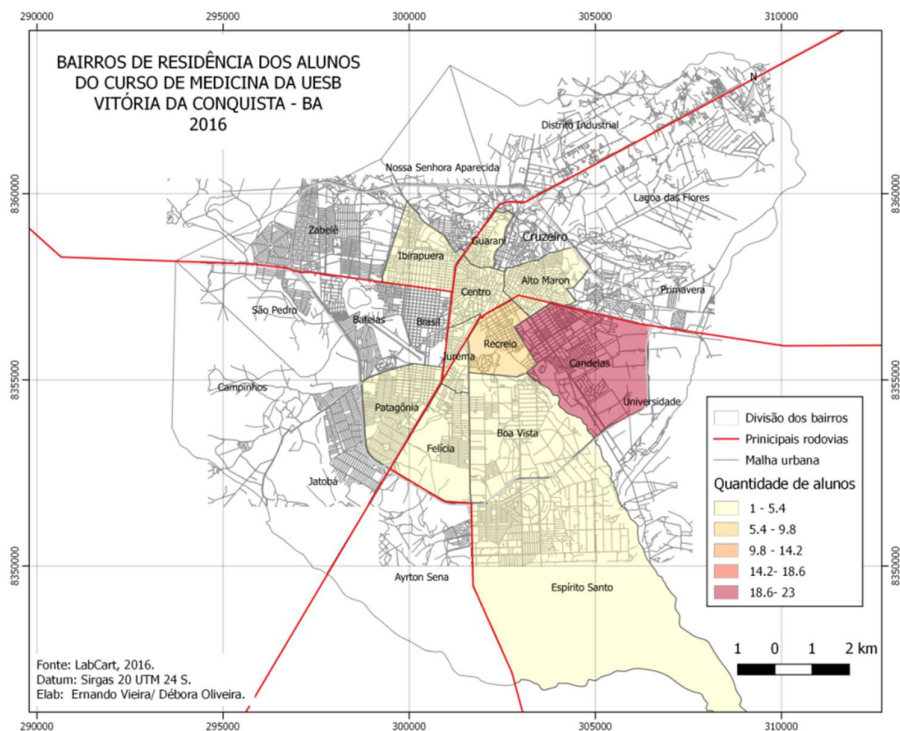
A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA E O “LUGAR” DOS SUJEITOS NO URBANO

No referido artigo constatou-se a íntima relação entre as condições objetivas dos sujeitos pesquisados, os cursos em que estes optavam e o lugar de reprodução dos mesmos no espaço urbano. Os entrevistados com melhores condições financeiras optam pelos cursos com maiores possibilidades de ascensão social e se reproduzem, no geral, em bairros privilegiados da cidade. Já os estudantes mais pobres têm acesso, sobretudo, aos cursos de licenciatura e se reproduzem, em grande medida, nos bairros periféricos socialmente da cidade.

De um modo geral, a classe trabalhadora composta pela população de baixa renda é segregada e obrigada a viver em espaços sem infraestrutura e investimento por parte do Estado, se reproduzindo em lugares no urbano inapropriados para se viver dignamente. Tratam-se de espaços considerados de baixo valor econômico, sem um processo de valorização no âmbito do capital.

A pesquisa demonstrou que os alunos dos cursos de Direito e principalmente os de Medicina da UESB, residem em locais de alto padrão e valorização econômica, inclusive os alunos cotistas. Percebeu-se que o público que tem acesso a esses cursos pertence a uma classe social privilegiada, pois além da renda familiar, o local onde se reside é determinante para identificar o poder econômico social. Portanto, ficou evidenciado que há uma enorme concentração de moradia dos estudantes desses cursos nos bairros mais valorizados da cidade como: Candeias, Recreio e Centro, conforme demonstra a Figura 1 a seguir.

Figura 1: Bairros de residência dos alunos de Medicina da UESB – Vitória da Conquista/BA, 2016.



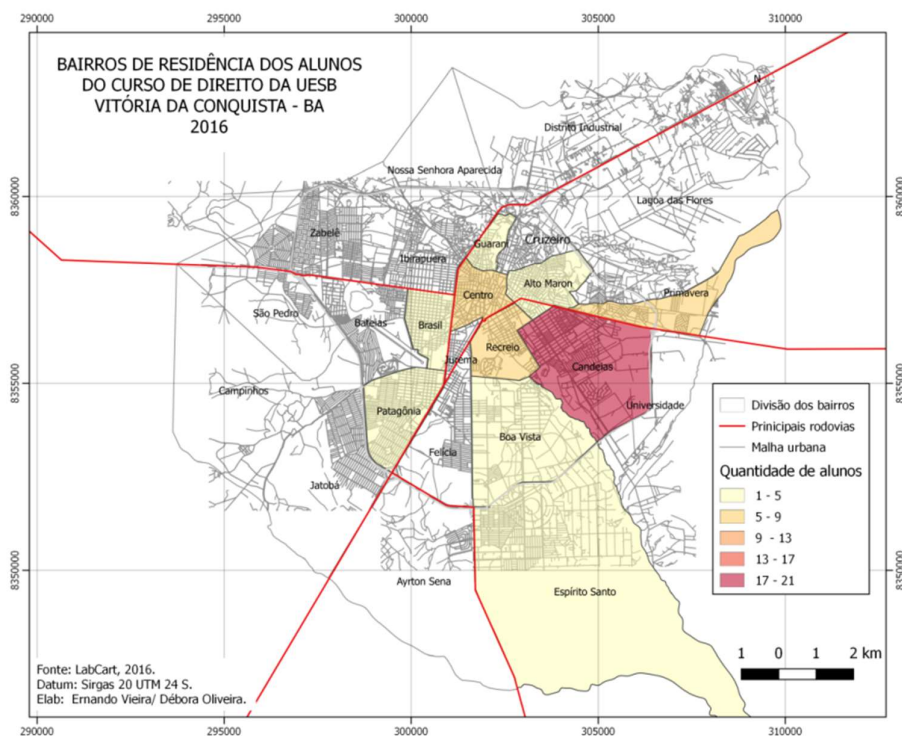
Fonte: LabCart, 2016

Dos 44 alunos do curso de Medicina entrevistados 23 moram no bairro Candeias; 6 no Recreio; 5 no Centro; 3 no Boa Vista; 1 no Alto Maron; 1 no Patagônia; 1 no Guarani; 1 no Ibirapuera; 1 no Espírito Santo; 1 no Felícia e 1 no Jurema. Especialmente nesse curso, foi verificado que dos 44 alunos matriculados apenas

7 residem nos bairros considerados ‘periféricos’, sendo estes estudantes cotistas. Portanto há evidências quanto à relação entre poder aquisitivo e a chance de integrar os cursos socialmente mais valorizados. Os outros 37 discentes (o equivalente há um pouco mais de 84%) entrevistados residem nos locais onde se tem um maior índice de especulação imobiliária e valorização do solo urbano.

Dos 51 alunos do curso de Direito entrevistados, 21 residem no Bairro Candeias; 8 no Centro; 6 no Recreio; 3 no Primavera; 3 no Alto Maron; 2 no Boa Vista; 2 no Guarani; 2 no Jurema; 1 no Brasil; 1 no Patagônia e 2 em outros municípios. Ficou evidenciado que esses alunos possuem características muito próximas aos alunos do curso de Medicina no concernente ao local de moradia, exceto que no curso de Medicina não foi identificado estudantes de outros municípios. A própria condição do residir na cidade em que se estuda e em bairros ditos ‘elitizados’ e, portanto, de fácil acesso para uma série de serviços, inclusive à Universidade, constitui-se importante indicativo na leitura que pressupõe a intrínseca relação entre o local onde se mora e a condição de classe/curso dos sujeitos. Esses dados podem ser observados na Figura 2 a seguir.

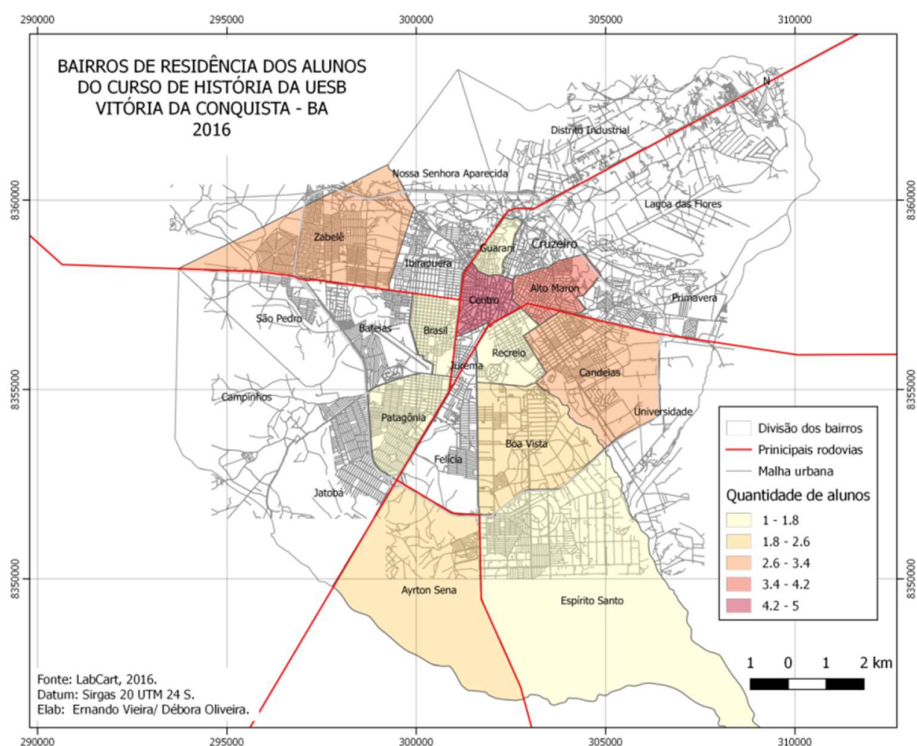
Figura 2: Bairros de residência dos alunos de Direito da UESB – Vitória da Conquista/BA, 2016.



Fonte: LabCart, 2016

No curso de História dos 32 alunos entrevistados, 5 moram no Bairro Centro; 3 no Candeias; 4 no Alto Maron; 2 no Ayrton Sena; 3 no Zabelê; 1 no Recreio; 1 no Espírito Santo; 1 no Brasil; 1 no Patagônia; 1 no Guarani; 2 no Boa Vista (Vila América); e 8 em outros municípios. Ressalta-se que nesse curso os alunos estão mais espalhados pelos bairros de Vitória da Conquista e em outros municípios, conforme aponta figura 3 a seguir. A condição de classe desses sujeitos reporta uma realidade de maior dificuldade em se reproduzir no urbano, inclusive contando com uma quantidade significativa de discentes migrantes, em geral também trabalhadores, que se deslocam diariamente para a cidade de Vitória da Conquista, principalmente para ter acesso ao ensino noturno.

Figura 3: Bairros de residência dos alunos de História da UESB – Vitória da Conquista/BA, 2016.

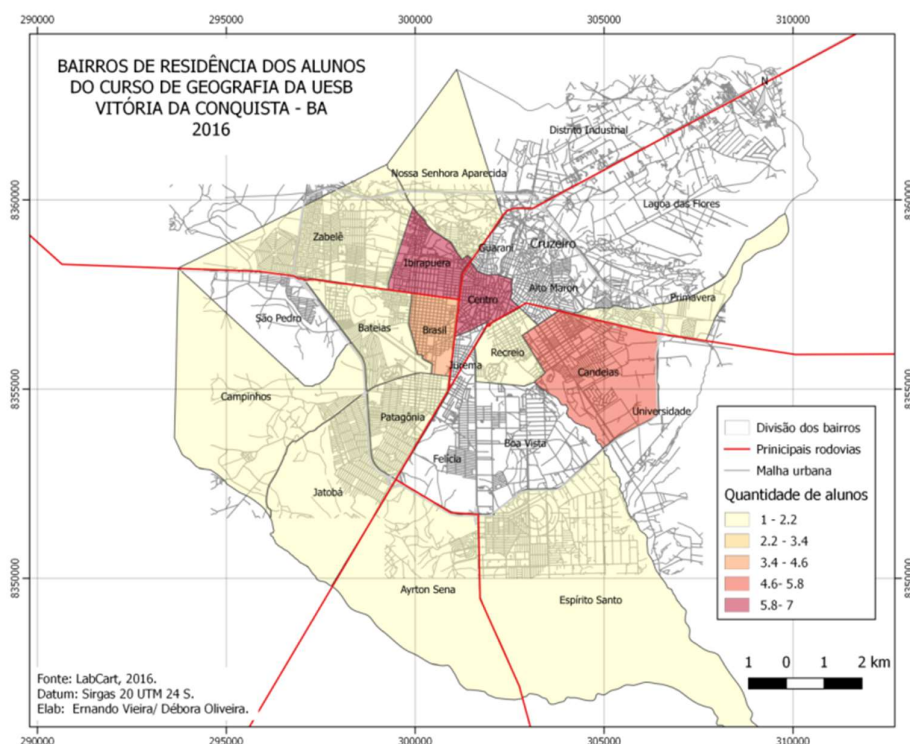


Fonte: LabCart, 2016

No curso de Geografia, dos 51 alunos entrevistados, 7 moram no Bairro Centro; 7 no Ibirapuera; 4 no Brasil; 4 no Candeias; 2 no Patagônia; 2 no distrito de Pradoso; 1 no Nossa Senhora Aparecida; 1 no Felícia; 3 no Campinhos; 1 no Recreio; 1 no Boa Vista; 3 no Zabelê; 1 no Primavera; 2 no Espírito Santo e 12 em outros municípios, conforme demonstra figura 4 a seguir. Ou seja, no que se refere à realidade dos estudantes do curso de Geografia, muito parecido com o que se constatou também no curso de História, há uma pulverização dos estudantes pela

cidade/bairros de Vitória da Conquista, inclusive com menor quantidade de estudantes nos bairros mais elitizados, como: Candeias, Recreio e Boa Vista, e uma participação significativa de bairros ditos periféricos, desprovidos de infraestrutura e, portanto, voltados à reprodução social dos sujeitos mais pobres. Acrescenta-se o fato de 23% desses discentes entrevistados serem migrantes, seja por dividirem o tempo da Universidade com o trabalho, seja pela falta de condições de fixar moradia em Vitória da Conquista, cidade que apresenta um elevado índice de especulação imobiliária, levando vários de seus estudantes ao vai e vem das estradas como condição de, no futuro, dispor de um diploma de nível superior, ainda que diante da incerteza do trabalho.

Figura 4: Bairros de residência dos alunos de Geografia da UESB – Vitória da Conquista/BA, 2016.



Fonte: LabCart, 2016

Portanto, diante dos resultados obtidos por pesquisa de campo e das reflexões teóricas utilizadas ao longo do artigo, seja no sentido de referendar a produção contraditória do espaço urbano, seja ao evidenciar as contradições no acesso ao ensino superior público, em seu caráter de classe, é que, novamente, reporta-se ao questionamento inicial: A periferia pobre vai à universidade pública?

Os dados aqui apresentados revelam que sim, porém com características bastante distintas. Ou seja, os alunos dos bairros periféricos são, predominantemente, os

discentes dos cursos de Licenciatura em Geografia e em História, enquanto os alunos dos cursos de Bacharelado em Medicina e em Direito, em sua maioria, moram em bairros mais elitizados. Outro dado que chamou a atenção foi que apenas no curso de Medicina não foi identificado alunos oriundos de outros municípios, evidenciando que nenhum desses sujeitos possuem dificuldades concretas de fixar moradia na cidade de Vitória da Conquista. A média de renda familiar (embora se tenha tido bastante omissão nas questões sobre o assunto) é outra informação que nos permite aferir as diferentes condições financeiras dos sujeitos que tem acesso a tais cursos.

Verificou-se que, após as políticas de ações afirmativas, a periferia pobre passou a ter acesso à universidade pública, e a importância de tal política social, mas essa se concentra, ainda, em cursos de licenciatura, vistos com menor 'prestígio' pela sociedade. Tal realidade reporta-nos a compreensão da sociedade de classe, o papel ideológico do Estado e a tentativa de "qualificar" a educação em um projeto que, efetivamente, não se sustenta, uma vez que não valoriza, justamente, os cursos voltados a formação desses profissionais.

Na visão de Mészáros (2008) uma transformação significativa na educação não acontece de maneira plena sem uma transformação do quadro social e é por isso que esses caminhos se dividem: a classe mais favorecida continua tendo acesso aos cursos ditos de prestígio no mercado, ou mais voltados à reprodução de capital, enquanto a classe menos favorecida, apesar da "transformação" posta por essas políticas, não tem acesso aos cursos voltados para atender, predominantemente, a elite brasileira, e tem sua formação diretamente ligada aos cursos de licenciatura. Portanto, olhar a cidade, significa ler também a sociedade e o acesso a Universidade pública, pode ser visto como uma expressão dessas contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido artigo evidenciou a relação entre o poder aquisitivo da população, o curso em que o aluno realiza e sua relação com o espaço nos quais esses sujeitos se reproduzem no urbano. Foi demonstrado que nos cursos de maior valorização financeira, os alunos neles matriculados possuem uma expressiva concentração de moradia em bairros com maior valorização imobiliária, mesmo entre àqueles alunos atendidos pelo sistema de cotas. Já nos cursos com 'menor' valorização social – os cursos voltados à formação educacional – constatou-se a pulverização de moradias dos discentes pelos bairros de menor valorização imobiliária, as periferias urbanas, ou mesmo a condição de migrantes, dadas dificuldades concretas de residirem na cidade de Vitória da Conquista. São, por excelência, sujeitos oriundos da classe trabalhadora mais pobre e, no geral, dividem o tempo do estudo com o tempo do trabalho.

Apesar dos dados obtidos revelarem uma acentuada tendência na relação entre a condição da moradia do indivíduo com o curso superior que frequenta, não é possível afirmar que essa realidade seja conclusiva. Porém, a segregação

socioespacial deixa importantes evidências que vai interferir diretamente na relação da condição econômica com o curso universitário alcançado.

REFERÊNCIAS

AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 22, n. 74, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 04 de Setembro 2008.

BAYMA, F. Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01044036201200020006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em outubro 2016.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. C. L.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 129-152, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 de Outubro de 2008.

CARLOS, A. F. A. A cidade. São Paulo, Contexto, 1997. (Repensando a Geografia)

GADOTTI, M. *Concepção dialética da Educação: um estudo introdutório*. São Paulo, Cortez, 2006.

INEP. *Censo Escolar. Sinopse Estatística 1996*. Brasília: INEP, 1996.

LEBRÃO, J. S. Trabalho e produção do espaço: elementos históricos que contribuíram para a produção espacial da cidade de Vitória da Conquista – Ba, In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. *Anais do CBG*, ISBN 978-85-98539-04-0. Vitória, ES, 2014. Disponível em http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404164878_ARQUIVO_Artigocbg.pdf. Acesso em maio 2016.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, R. O Acesso a Universidade. In: “Seminário sobre Direito da Educação”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 23 a 25 de junho de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF. Disponível em <http://www.cjf.jus.br/revista/numero26/artigo04.pdf>. Acesso em 12 de Outubro de 2008.

NEVES, E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A, (Org.). *A educação superior no Brasil*. Brasília, DF: Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

SANTOS, H. et al. *Políticas públicas para a população negra no Brasil*. ONU, 1999.

SELL, S. C. Ação afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. Resolução Nº 37/2008.

Contato com o autor: Suzane Tosta Souza <suzanetosta@gmail.com>

Recebido em: 11/10/2017

Aprovado em: 13/12/2017